



## **EOL Potiguar B61 SPE S.A.**

CNPJ nº 34.109.229/0001-80

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Lote 05, Vila Pernambuco, Zona Rural

Serra do Mel - RN

CEP 59.663-000

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **2023**

**EOL Potiguar B61**

**SUMÁRIO**

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>5</b>
Balanços Patrimoniais .....	5
Balanços Patrimoniais .....	6
Demonstrações de Resultados .....	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	9
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>10</b>
1 Contexto Operacional .....	10
2 Base de Preparação .....	10
3 Políticas Contábeis Materiais .....	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
5 Clientes .....	17
6 Partes relacionadas .....	18
7 Títulos e Valores Mobiliários .....	18
8 Imobilizado.....	18
9 Intangível .....	19
10 Fornecedores.....	19
11 Empréstimos e Financiamentos .....	19
12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos .....	20
13 Outras contas a pagar.....	22
14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	22
15 Patrimônio Líquido .....	22
16 Receita Operacional Líquida .....	23
17 Custos e Despesas Operacionais .....	24
18 Resultado Financeiro .....	24
19 Imposto de Renda e Contribuição Social .....	25
20 Instrumentos Financeiros .....	25
21 Seguros .....	29
22 Transações que não envolvem caixa .....	29
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>30</b>

## EOL Potiguar B61

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### À ACIONISTA

A Administração da EOL Potiguar B61 SPE S.A. (EOL Ventos de Vila Mato Grosso I ou Companhia), controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. que, por sua vez, é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

### A COMPANHIA

A EOL Ventos de Vila Mato Grosso I é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte e firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR) na modalidade de Quantidade de energia elétrica no 29º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 28.06.2019.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) <sup>(1)</sup>	Preço/MWh <sup>(2)</sup>	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	185,00	103,8	11.06.2021	06.12.2054

<sup>(1)</sup> Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.

<sup>(2)</sup> Preço atualizado até dezembro/2023.

**EOL Potiguar B61**
**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)**

	2023	2022	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	324.150	328.120	(1,2)
Caixa e equivalentes de caixa	54.348	46.688	16,4
Títulos e valores mobiliários	3.949	3.583	10,2
Dívida total	180.062	186.552	(3,5)
Dívida líquida	121.765	136.281	(10,7)
Receita operacional bruta	37.732	39.753	(5,1)
Deduções da receita	(1.377)	(1.434)	(4,0)
Receita operacional líquida	36.355	38.319	(5,1)
Custos e despesas operacionais	(24.699)	(21.508)	14,8
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.656	16.811	(30,7)
Ebitda ou Lajida <sup>(a)</sup>	24.032	28.997	(17,1)
Resultado financeiro	(8.192)	(12.548)	34,7
IRPJ/CSLL	(3.317)	(2.276)	45,7
Lucro operacional	3.464	4.263	(18,7)
Lucro líquido do exercício	147	1.987	(92,6)
Patrimônio líquido	128.234	128.122	0,1
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	5,7	5,2	9,6
Liquidez geral (índice)	0,3	0,3	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	66,1	75,7	(12,7)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	140,4	145,6	(3,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	9,5	11,1	(14,4)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	0,4	5,2	(92,3)
Participação de capital de terceiros (%)	60,4	61,0	(1,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	0,1	1,6	(93,8)

<sup>(a)</sup> EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 15 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj  
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto  
 Diretor Administrativo-Financeiro

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.348	46.688
Clientes	5	6.731	7.419
Outros créditos		151	170
Imposto de renda e contribuição social		1.293	559
Despesas antecipadas		533	533
		<b>63.056</b>	<b>55.369</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	7	3.949	3.583
		<b>3.949</b>	<b>3.583</b>
<b>Imobilizado</b>			
Intangível	9	190	199
Direito de uso	12	10.419	10.312
		<b>261.094</b>	<b>272.751</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>324.150</b>	<b>328.120</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	6	295	299
Fornecedores	10	2.623	1.566
Imposto de renda e contribuição social		417	503
Outras obrigações fiscais		226	287
Empréstimos e financiamentos	11	6.684	6.761
Dividendos a pagar	6	35	472
Passivo de arrendamentos	12	74	69
Outras contas a pagar	13	693	649
		<b>11.047</b>	<b>10.606</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.464	932
Empréstimos e financiamentos	11	171.688	178.000
Passivo de arrendamentos	12	10.717	10.460
		<b>184.869</b>	<b>189.392</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b>			
Capital social	15.1	119.863	119.863
Reserva legal	15.2	842	835
Reserva de retenção de lucros	15.2	7.424	7.424
Dividendo adicional proposto	15.3	105	-
		<b>128.234</b>	<b>128.122</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>324.150</b>	<b>328.120</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**EOL Potiguar B61**
**Demonstrações de Resultados**

 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	16	<b>36.355</b>	<b>38.319</b>
<b>Custos Operacionais</b>	17	<b>(22.860)</b>	<b>(19.456)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>13.495</b>	<b>18.863</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.615)	(1.663)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(224)	(389)
		<b>(1.839)</b>	<b>(2.052)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>11.656</b>	<b>16.811</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	18		
Receitas financeiras		6.389	3.882
Despesas financeiras		(14.581)	(16.430)
		<b>(8.192)</b>	<b>(12.548)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>3.464</b>	<b>4.263</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	19		
Imposto de renda e contribuição social		(1.784)	(1.344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.533)	(932)
		<b>(3.317)</b>	<b>(2.276)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>147</b>	<b>1.987</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais</b>			
Ações ordinárias	15.4	<b>0,00123</b>	<b>0,01658</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**

 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>147</b>	<b>1.987</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>147</b>	<b>1.987</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>119.863</b>	<b>736</b>	<b>6.009</b>	-	-	<b>126.608</b>
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.987	1.987
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	15.3	-	99	-	-	(99)	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	(473)	(473)
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	-	1.415	-	(1.415)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>119.863</b>	<b>835</b>	<b>7.424</b>	-	-	<b>128.122</b>
Lucro do exercício		-	-	-	-	147	147
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	15.3	-	7	-	-	(7)	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	(35)	(35)
Dividendo adicional proposto	15.3	-	-	-	105	(105)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>119.863</b>	<b>842</b>	<b>7.424</b>	<b>105</b>	-	<b>128.234</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>147</b>	<b>1.987</b>
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais</b>			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		14.607	16.412
Imposto de renda e contribuição social	19	1.784	1.344
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.533	932
Depreciação e amortização		12.392	12.186
		<b>30.463</b>	<b>32.861</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		688	(3.209)
Outros créditos		19	4
Imposto de renda e contribuição social		(734)	(512)
Despesas antecipadas		-	(533)
Partes relacionadas		-	2.453
		<b>(27)</b>	<b>(1.797)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Partes relacionadas		(4)	299
Fornecedores	10	1.057	(186)
Outras obrigações fiscais		(61)	287
Outras contas a pagar		44	649
		<b>1.036</b>	<b>1.049</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>31.472</b>	<b>32.113</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.870)	(2.369)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	(15.045)	(4.275)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	12.2	(510)	(446)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>14.047</b>	<b>25.023</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Resgates (Aplicações) financeiras		(366)	(329)
Aquisições de imobilizado		(22)	(22)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(388)</b>	<b>(351)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	(5.443)	(1.814)
Amortização de principal de passivos de arrendamentos	12.2	(84)	(64)
Dividendos pagos		(472)	(3.494)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(5.999)</b>	<b>(5.372)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>7.660</b>	<b>19.300</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	46.688	27.388
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	54.348	46.688
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>7.660</b>	<b>19.300</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
em milhares de reais

## 1 Contexto Operacional

A EOL Potiguar B61 SPE S.A. (EOL Ventos de Vila Mato Grosso I ou Companhia) com sede na Vila Pernambuco, Lote 05, Zona Rural, Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT). que, por sua vez, é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora). Tem como objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvido no parque eólico denominado EOL Ventos de Vila Mato Grosso I. A construção da usina foi concluída em junho de 2021.

Em 17 de maio de 2021, a Copel Geração e Transmissão (“Copel GeT”) assinou contrato para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas, empreendimento este formado por um conjunto de 5 parques eólicos, através de participação direta detidas pelas empresas Brownfield Investment Holding Ltda. e Ventos de Serra do Mel B S.A., nas investidas EOL Potiguar B141 SPE S.A, EOL Potiguar B142 SPE S.A, EOL Potiguar B143 SPE S.A, EOL Potiguar Paraíba IV SPE S.A e EOL Potiguar B61 S.A. Este processo foi totalmente concluído em 30 de novembro de 2021.

### 1.1 Concessões e Autorizações

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 453 de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 06 de dezembro de 2019, alterada pelos Despachos ANEEL nº 35 de 7 de janeiro de 2020 e nº 1.562, de 2 de junho de 2020, que autorizaram a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Vila Mato Grosso I, constituída de 17 Unidades Geradoras, totalizando 58.905kW de capacidade instalada.

## 2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 15.04.2024.

## **EOL Potiguar B61**

### **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **2.3.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

#### **2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 8 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.4 e 9 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.5 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NE nºs 3.6 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.7 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativas de valores não faturados;
- NE nº 3.8 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nºs 3.9 e 19 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NEs nºs 3.10 e 12 – Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

## EOL Potiguar B61

### 2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

## 3 Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

### 3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

#### 3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

## **EOL Potiguar B61**

### **3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### **3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.2 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

## **3.3 Intangível**

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de faixa de servidão de passagem mensurados pelo valor da aquisição da matrícula o qual é amortizado linearmente até o final do prazo da autorização.

## EOL Potiguar B61

### 3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### 3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

#### 3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### 3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

## **EOL Potiguar B61**

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

### **3.6 Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

### **3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### **3.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

## **EOL Potiguar B61**

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

### **3.9 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos**

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

### **3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023**

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

### **3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);

## EOL Potiguar B61

- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	749	2.315
Aplicações financeiras de liquidez imediata	53.599	44.373
	<b>54.348</b>	<b>46.688</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 92,0% e 97,75% (entre 94,0% e 97,75% em 31.12.2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
<b>Concessionárias e permissionárias</b>				
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	3.311	2.931	6.242	7.180
CCEE	-	-	-	239
Leilão	377	112	489	-
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>3.688</b>	<b>3.043</b>	<b>6.731</b>	<b>7.419</b>
	<b>3.688</b>	<b>3.043</b>	<b>6.731</b>	<b>7.419</b>
<b>Circulante</b>			<b>6.731</b>	<b>7.419</b>

Em 31.12.2023, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

**EOL Potiguar B61**

## 6 Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Controlador</b>								
<b>Copel Geração e Transmissão S.A</b>								
Dividendos a pagar	-	-	35	3.494	-	-	-	-
Compartilhamento (a)			220					
<b>Entidades sob controle comum</b>								
<b>Copel Distribuição S.A.</b>								
Compartilhamento (a)	-	-	63	-	-	-	-	-
<b>Copel Comercialização S.A.</b>								
Compra e venda de energia (b)	311	2.453	-	-	3.939	2.453		
<b>Cutia empreendimentos eólicos</b>								
Compartilhamento (a)	-	-	16	-	-	-	-	-
<b>Pessoal chave da administração (c)</b>								
Honorários e encargos sociais		-	-	-	-	-	(94)	(74)
Planos previdenciários e assistenciais		-	-	-	-	-	(4)	(2)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A Companhia tem contratos de compra e venda de energia com a Copel Comercialização, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

## 7 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	CDI	3.949	3.583
	<b>Não circulante</b>	<b>3.949</b>	<b>3.583</b>

## 8 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	276.190	(29.676)	246.514	276.190	(17.533)	258.657
	<b>276.212</b>	<b>(29.676)</b>	<b>246.536</b>	<b>276.190</b>	<b>(17.533)</b>	<b>258.657</b>

**EOL Potiguar B61**

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Capitalizações/ transferências - NE nº 9	Saldo em 31.12.2022	Aquisições	Depreciação	Saldo em 31.12.2023
<b>Em serviço</b>								
Máquinas e equipamentos	266.930	-	(11.943)	3.670	258.657	-	(12.143)	246.514
	<b>266.930</b>	-	<b>(11.943)</b>	<b>3.670</b>	<b>258.657</b>	-	<b>(12.143)</b>	<b>246.514</b>
<b>Em curso</b>								
Custo	-	22	-	(22)	-	22	-	22
	-	<b>22</b>	-	<b>(22)</b>	-	<b>22</b>	-	<b>22</b>
	<b>266.930</b>	<b>22</b>	<b>(11.943)</b>	<b>3.648</b>	<b>258.657</b>	<b>22</b>	<b>(12.143)</b>	<b>246.536</b>

A taxa média de depreciação é de 4,32% a.a. (4,32% a.a. em 2022) e a companhia não possui compromissos assumidos com seus fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

## 9 Intangível

### 9.1 Mutação do intangível

	em serviço	Total
<b>Em 1º.01.2022</b>	<b>3.881</b>	<b>3.881</b>
Transferências do imobilizado - NE nº8	(3.648)	(3.648)
Quotas de amortização (a)	(34)	(34)
<b>Em 31.12.2022</b>	<b>199</b>	<b>199</b>
Quotas de amortização (a)	(9)	(9)
<b>Em 31.12.2023</b>	<b>190</b>	<b>190</b>

(a) Amortização durante o período de autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento

## 10 Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	1.764	1.273
Encargos de uso da rede elétrica	284	279
Outros	3	14
<b>Circulante</b>	<b>2.623</b>	<b>1.566</b>

## 11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A	11.08.2020	216	15.08.2040	IPCA + 1,4865% a.a.	IPCA + 1,4865%	163.886	180.062	186.552
							<b>180.062</b>	<b>186.552</b>
						Dívida bruta	180.062	186.552
						(-) Custo de transação	(1.690)	(1.791)
						<b>Dívida líquida</b>	<b>178.372</b>	<b>184.761</b>
						Circulante	6.684	6.761
						Não circulante	171.688	178.000

**Destinação:** Construção e implantação de central geradora eólica.

**Garantias:** Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.

**EOL Potiguar B61**
**11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo**

<b>31.12.2023</b>	<b>Dívida bruta</b>	<b>transação</b>	<b>Dívida líquida</b>
2025	6.581	(101)	6.480
2026	7.001	(101)	6.900
2027	7.868	(101)	7.767
2028	7.815	(102)	7.713
2029	7.810	(101)	7.709
Após 2029	136.202	(1.083)	135.119
	<b>173.277</b>	<b>(1.589)</b>	<b>171.688</b>

**11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos**

	<b>Total</b>
<b>Em 1º.01.2022</b>	<b>174.883</b>
Encargos	15.967
Amortização - principal	(1.814)
Pagamento - encargos	(4.275)
<b>Em 1º.01.2023</b>	<b>184.761</b>
Encargos	14.099
Amortização - principal	(5.443)
Pagamento - encargos	(15.045)
<b>Em 31.12.2023</b>	<b>178.372</b>

**11.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants**

Em 31.12.2023, todas as condições contratuais estabelecidas, tais como manutenção de fiança bancária e relacionadas a vencimento antecipado foram integralmente cumpridas e eventual descumprimento poderá implicar restrição, multa e/ou vencimento antecipado das dívidas.

## 12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

**12.1 Direito de uso de ativos**

	<b>Saldo em 1º.01.2022</b>	<b>Ajuste por Remensuração</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>Ajuste por Remensuração</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31.12.2023</b>
Imóveis	9.056	1.465	(209)	10.312	347	(240)	10.419
	<b>9.056</b>	<b>1.465</b>	<b>(209)</b>	<b>10.312</b>	<b>347</b>	<b>(240)</b>	<b>10.419</b>

**EOL Potiguar B61**
**12.2 Passivo de arrendamentos**
**12.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos**

	<b>Total</b>
<b>Adoção inicial em 1º.01.2022</b>	<b>9.128</b>
Ajuste por Remensuração	1.464
Encargos	446
Pagamento - principal	(64)
Pagamento - encargos	(446)
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>10.528</b>
Ajuste por Remensuração	347
Encargos	510
Pagamento - principal	(84)
Pagamento - encargos	(510)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>10.791</b>

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A taxa de juros aplicadas é a de 4,55% a.a.

**12.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo**

2025	553
2026	553
2027	553
2028	553
2029	553
Após 2030	21.991
<b>Valores não descontados</b>	<b>24.756</b>
Juros embutidos	(14.039)
<b>Saldo passivo arrendamento em 31.12.2023</b>	<b>10.717</b>

**12.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados**

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	10.791	18.151	68,20%
Direito de uso de ativos	10.419	16.578	59,11%
Despesa Financeira	510	861	68,82%
Despesa de amortização	240	388	61,67%

## EOL Potiguar B61

### 12.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 16).

## 13 Outras contas a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Entidades Seguradoras - Prêmio a Pagar	617	623
Cauções em garantia	58	0
Taxa de fiscalização	18	26
<b>Circulante</b>	<b>693</b>	<b>649</b>

## 14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos. Em 31.12.2023 e 31.12.2022, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia não possui passivos contingentes.

## 15 Patrimônio Líquido

### 15.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta a R\$ 119.863 (R\$ 119.863, em 31.12.2022), composto por 119.862.698 ações ordinárias, sendo 119.862.599 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., que por sua vez é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel e 99 ações ordinárias pertencentes à Browfield Investment Holding S.A.

### 15.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

**EOL Potiguar B61**
**15.3 Proposta de distribuição de dividendos**

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício	147	1.987
Reserva legal (5%)	(7)	(99)
	<b>140</b>	<b>1.888</b>
<b>Dividendos propostos</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	35	473
Dividendo adicional proposto (*)	105	-
	<b>140</b>	<b>473</b>
<b>Valor do dividendo por ação</b>	<b>0,001170</b>	<b>0,003950</b>

(\*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

**15.4 Lucro líquido básico e diluído por ação**

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	147	1.987
<b>Denominador básico e diluído</b>		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	119.862.697	119.862.697
<b>Resultado líquido do período básico e diluído por ação</b>		
Resultado por ação ordinária	0,00123	0,01658

**16 Receita Operacional Líquida**

	31.12.2023	31.12.2022
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia	37.569	39.548
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	163	205
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.377)	(1.434)
	<b>36.355</b>	<b>38.319</b>

**EOL Potiguar B61**

## 17 Custos e Despesas Operacionais

	<b>Custos operacionais</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras despesas operacionais, líquidas</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(2.676)	-	-	(2.676)	(1.692)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.387)	-	-	(3.387)	(3.135)
Pessoal e administradores	-	(1.023)	-	(1.023)	(708)
Planos previdenciário e assistencial	-	(120)	-	(120)	(80)
Material	-	(11)	-	(11)	(16)
Serviços de terceiros	(3.775)	(283)	-	(4.058)	(2.448)
Depreciação e amortização	(12.376)	-	-	(12.376)	(12.186)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(646)	(178)	(224)	(1.048)	(1.243)
	<b>(22.860)</b>	<b>(1.615)</b>	<b>(224)</b>	<b>(24.699)</b>	<b>(21.508)</b>

## 18 Resultado Financeiro

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	6.387	3.831
Juros sobre liquidações na CCEE	2	51
	<b>6.389</b>	<b>3.882</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	14.064	15.968
Juros arrendamento	475	446
Outras despesas financeiras	42	16
	<b>14.581</b>	<b>16.430</b>
<b>Líquido</b>	<b>(8.192)</b>	<b>(12.548)</b>

**EOL Potiguar B61**

## 19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	37.569	37.569	39.548	39.548
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	163	163	205	205
Ajuste de prática regime de caixa e competência	-	-	(5.963)	(5.963)
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
<b>Base de cálculo</b>	<b>3.019</b>	<b>4.528</b>	<b>2.703</b>	<b>4.055</b>
Receita Financeira	6.389	6.389	3.882	3.882
(-) Receita Financeira Provisionada	(4.507)	(4.507)	(2.741)	(2.741)
<b>Base de cálculo Receita Financeira</b>	<b>1.882</b>	<b>1.882</b>	<b>1.141</b>	<b>1.141</b>
Ajustes de períodos anteriores	-	-	(244)	-
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>4.901</b>	<b>6.410</b>	<b>3.600</b>	<b>5.196</b>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.207</b>	<b>577</b>	<b>876</b>	<b>468</b>
Receita Financeira Provisionada	4.507	4.507	2.741	2.741
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>1.127</b>	<b>406</b>	<b>685</b>	<b>247</b>

## 20 Instrumentos Financeiros

### 20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	54.348	54.348	46.688	46.688
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	3.949	3.949	3.583	3.583
			<b>58.297</b>	<b>58.297</b>	<b>50.271</b>	<b>50.271</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Clientes (a)	5		6.731	6.731	7.419	7.419
			<b>6.731</b>	<b>6.731</b>	<b>7.419</b>	<b>7.419</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>65.028</b>	<b>65.028</b>	<b>57.690</b>	<b>57.690</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)	10		2.623	2.623	1.566	1.566
Empréstimos e financiamentos (c)	11		180.062	180.062	186.552	186.552
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>182.685</b>	<b>182.685</b>	<b>188.118</b>	<b>188.118</b>

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

**Nível 1:** obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

### Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

## **EOL Potiguar B61**

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Valor justo similar ao valor contábil tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

### **20.2 Gerenciamento dos riscos financeiros**

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### **20.2.1 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	54.348	46.688
Títulos e valores mobiliários (a)	3.949	3.583
Clientes (b)	6.731	7.419
	<b>65.028</b>	<b>57.690</b>

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

#### **20.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

## EOL Potiguar B61

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2023</b>							
Fornecedores	NE nº 10	2.623	-	-	-	-	2.623
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	1.734	3.421	10.770	59.813	189.067	264.805
Passivo de arrendamento	NE nº 12	46	91	420	2.400	50.242	53.199
		<b>4.403</b>	<b>3.512</b>	<b>11.190</b>	<b>62.213</b>	<b>239.309</b>	<b>320.627</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

### 20.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

#### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

## EOL Potiguar B61

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,00%, IPCA – 3,86%) previstos na mediana da expectativa de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2023		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	3.949	4.304	4.216	4.127
		<b>3.949</b>	<b>4.304</b>	<b>4.216</b>	<b>4.127</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	Alta IPCA	(180.062)	(6.950)	(8.688)	(10.426)
		<b>(180.062)</b>	<b>(6.950)</b>	<b>(8.688)</b>	<b>(10.426)</b>

### 20.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica firmam um montante mensal de energia a ser entregue pelas usinas. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento e outros fatores como restrições de operação. O não atendimento do que está disposto no contrato, expõe o agente no mercado de curto prazo, comprometendo a receita da Companhia no mês contabilizado.

### 20.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

**EOL Potiguar B61**

<b>Endividamento</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Empréstimos e financiamentos	180.062	186.552
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(54.348)	(46.688)
(-) Títulos e valores mobiliários	(3.949)	(3.583)
<b>Dívida líquida</b>	<b>121.765</b>	<b>136.281</b>
Patrimônio líquido	128.234	128.122
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>0,95</b>	<b>1,06</b>

## 21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<b>Apólice</b>	<b>Término da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Riscos Operacionais	28.11.2024	341.426
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

## 22 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 12.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 347 (R\$ 1.464 em 31.12.2022), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 15 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj  
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto  
 Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza  
 Contador CRC-PR-058084/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da EOL Potiguar B61 SPE S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B61 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EOL Potiguar B61 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Transações significativas com partes relacionadas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

# Deloitte.

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

